PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E CURRÍCULO INCLUSIVO: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ABAETETUBA-PA

Dalcicleide Gomes Silva [1]; Sandra Karina Barbosa Mendes[2]

[1]Licenciada em Pedagogia pelo Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba; Abaetetuba, Pará, Brasil. E-mail dalcicleidesantos27@gmail.com
[2]Prof.ª Adjunta da Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba, Pará, Brasil. E-mail: karinamendes@ufpa.br

Resumo: Este artigo problematiza a relação entre práticas pedagógicas e currículo inclusivo, a partir da reflexão sobre os desafios da educação especial na Educação Básica no município de Abaetetuba-PA. A pesquisa parte da experiência vivida como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no subprojeto de Pedagogia do Campus Universitário de Abaetetuba, voltado para alfabetização e letramento em perspectiva inclusiva, desenvolvido na Escola Municipal Dom Ângelo Frosi. A metodologia da pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter descritivo e reflexivo, com base nas observações realizadas na escola-campo e no Documento Curricular Municipal de Abaetetuba (DCMA). Os resultados apontam avanços, como a presença do Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas também revelam desafios relacionados à formação docente e à falta de recursos. Conclui-se que práticas pedagógicas inclusivas fortalecem o direito à educação e contribuem para a construção de uma escola democrática.

Palavras-Chave: Currículo inclusivo; Práticas pedagógicas; PIBID.

Introdução

A educação é um direito humano assegurado no Brasil pela Constituição Federal de 1988, que assegura a todos os cidadãos o acesso à educação e a igualdade de todos os sujeitos. Nesse cenário, a educação especial na perspectiva inclusiva tem se consolidado nos últimos anos como uma relevante ferramenta de democratização, acesso e permanência a instituições educacionais, especificamente para os sujeitos com deficiências e transtornos globais de desenvolvimento.

A educação especial, embora traga perspectivas promissoras vem estando no centro de estudos, pesquisas e debates acalorados, à medida que há uma disparidade entre as proposições teóricas e documentais e a efetivação de práticas pedagógicas inclusiva, a medida que “a eficácia dessas políticas depende de sua aplicação prática nas escolas e da capacidade das instituições em adaptar-se às necessidades individuais dos alunos” (Matos, 2024, p.130), é nesse sentido que há o relevante debate acerca do currículo inclusivo.

Assim parte-se da perspectiva de que "as estratégias pedagógicas, como a adaptação curricular e metodológica, são essenciais para atender à diversidade dos alunos e promover um ambiente de aprendizagem inclusivo" (Matos, 2024, p.130). Foi nesse cenário, de necessidade de ações que promovessem estudos, pesquisas e ações acerca das práticas pedagogias no atendimento a educação inclusiva, que se inseriu o projeto PIBID Pedagogia – Alfabetização e Letramento em Perspectiva Inclusiva, desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Ângelo Frosi, em Abaetetuba-PA.

Ressalta-se que Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tem como objetivo aproximar os licenciandos da realidade escolar, promovendo experiências práticas que contribuam para sua formação inicial e para a melhoria da educação básica (Brasil, 2013).

No subprojeto em questão o foco foi "investigar e aplicar estratégias pedagógicas inclusivas que favoreçam o processo de alfabetização e letramento de crianças atípicas" (Silva *et al.;* 2025; p.2). Assim, durante o PIBID, foi possível vivenciar de forma concreta os desafios e as potencialidades da educação inclusiva. Nesse percurso, embora a experiência vivenciada no âmbito da alfabetização e do letramento tenha sido fundamental, a partir dela surgiram novas reflexões sobre o ambiente educacional, tais como a necessidade de problematizar o currículo escolar.

Sob tal perspectiva, as práticas pedagógicas inclusivas, quando analisadas em sua relação com o currículo escolar, constituem um campo de investigação relevante diante da necessidade de compreender os desafios da educação básica, sobretudo, em municípios como Abaetetuba-PA, que é trabalhado especificamente nesta pesquisa, pois foi a cidade na qual o projeto foi desenvolvido. Nesse sentido, discutir práticas pedagógicas e currículo inclusivo não é apenas uma questão teórica, mas uma necessidade prática que emerge do cotidiano escolar e das experiências concretas de alfabetização e letramento em perspectiva inclusiva.

Diante dessa perspectiva a relevância da pesquisa reside no fato de evidenciar as tensões entre o que é prescrito nos documentos oficiais e o que se efetiva nas salas de aula, apontando caminhos para refletir sobre barreiras e, possivelmente, contribuir para práticas mais equitativas. Nesse movimento de reflexão sobre práticas pedagógicas e currículo inclusivo, torna-se necessário compreender também como a legislação educacional brasileira vem orientando e sustentando a construção de uma Educação Especial na perspectiva inclusiva.

Assim a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), principal marco regulatório na educação pública e privada no Brasil, estabelece que a Educação Especial é uma modalidade transversal, devendo ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino. Essa determinação reforça o compromisso de integrar os estudantes público da Educação Especial em ambientes escolares comuns, promovendo equidade e respeito às diferenças (Brasil; 1996).

A legislação brasileira na perspectiva da inclusão conta com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que assegura o direito à educação inclusiva e determina que os sistemas de ensino devem garantir acessibilidade, recursos de tecnologia assistiva e formação adequada de professores. Essa lei dialoga diretamente com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada pelo Brasil em 2008.

Nesse contexto, a LDB aponta a necessidade de assegurar o acesso com equidade e qualidade à Educação Especial na rede regular e, recentemente, além da LBI, temos a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), marco regulatório que define os conhecimentos, habilidades e competências essenciais para todos os estudantes da educação básica no Brasil e é a base para as contruções curriculares das escolas brasileiras. Esse documento destaca a necessidade de garantir aprendizagens significativas e respeitar a diversidade. A escola deve ser um espaço de acolhimento, onde cada aluno possa desenvolver suas potencialidades (Brasil, 2017).

Conforme citado anteriormente a BNCC serve como base para a elaboração curricular em Estados e Municípios e, no contexto local desta pesquisa, a cidade de Abaetetuba, no interior do Pará, temos o Documento Curricular Municipal de Abaetetuba (DCMA, 2021) o qual está alinhado as perspectivas Federais e Estaduais e em assume o compromisso de promover uma gestão pedagógica inclusiva, voltada para a formação de cidadãos críticos e participativos.

Nesse cenário, o DCMA reelabora em 2021, e com atualizações constantes, as estratégias curriculares de acessibilidade, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o apoio de profissionais de apoio escolar, intérpretes de Libras e guias-intérpretes, além da utilização de materiais adaptados e tecnologias assistivas. Entretanto, a efetivação dessas diretrizes uma vez que “a implementação da inclusão escolar enfrenta diversos desafios na prática educacional, que vão desde questões estruturais e pedagógicas até aspectos relacionados à formação dos profissionais da educação” (Matos; 2024, p.121). Essa discrepância entre o que está previsto nos documentos oficiais e o que se concretiza no cotidiano escolar constitui a problemática central deste estudo.

Assim, este trabalho se insere no campo da pesquisa qualitativa, que segundo Bogdan e Biklen (1994) caracteriza-se pela ênfase na compreensão dos fenômenos em seus contextos naturais e pela valorização da experiência vivida. Trata-se de uma abordagem de caráter descritivo e reflexivo, voltada para interpretar significados e problematizar práticas.

Metodologicamente, o estudo fundamenta-se na experiência concreta vivenciada no PIBID, articulada à análise documental do currículo municipal de Abaetetuba o que permite relacionar prática e normatividade. Essa escolha metodológica é relevante porque possibilita compreender como os documentos oficiais orientam as práticas pedagógicas e como estas se materializam em contextos inclusivos, revelando tensões, limites e possibilidades. Dessa forma, a pesquisa não apenas descreve uma experiência, mas também problematiza o currículo e suas implicações na alfabetização e letramento de crianças atípicas, inserindo-se no debate contemporâneo sobre educação inclusiva.

Diante desse contexto, o objetivo geral deste trabalho é analisar a relação entre práticas pedagógicas e currículo inclusivo, destacando os desafios da educação especial na educação básica em Abaetetuba-PA. Como objetivos específicos, busca-se: (1) identificar as práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas no âmbito do PIBID na Escola Dom Ângelo Frosi; (2) discutir como essas práticas se articulam com o currículo municipal, evidenciando avanços e desafios. A partir dessa análise, pretendemos contribuir para a reflexão sobre a importância de práticas pedagógicas inclusivas como caminho para a efetivação do direito à educação e para a construção de uma escola democrática e emancipadora.

Desenvolvimento

Durante a experiência vivida no PIBID desenvolvemos projetos voltados para a inclusão escolar, além de momento formativos que focaram na discussão e reflexão acerca da inclusão, alfabetização, letramento, entre outros. Nesse processo foi evidenciado que a inclusão escolar não se limita à matrícula de estudantes com deficiência ou características atípicas, mas exige práticas pedagógicas que dialoguem com o currículo e promovam aprendizagens significativas. Essa constatação reforça o que Mantoan (2003, p. 18) afirma, “nossas ações educativas têm como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacionai, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula”. Nesse contexto escola inclusiva é aquela que reconhece e valoriza as diferenças, transformando-as em oportunidades de aprendizagem.

Ao observar as turmas regulares da Escola Municipal Dom Ângelo Frosi, foi possível perceber que os alunos atípicos e neurotípicos compartilham o mesmo espaço, mas nem sempre as práticas pedagógicas conseguem atender às suas necessidades de forma equitativa. Essa realidade evidencia a distância entre o que está previsto nas legislações da área da inclusão, no Documento Curricular Municipal de Abaetetuba (DCMA, 2021) e o que se concretiza no cotidiano escolar.

Sobre a inclusão, o DCMA aponta que a Educação Inclusiva e Especial tem como público da rede pública de educação do município de Abaetetuba, alunos que apresentem "deficiência (física, auditiva/surdez, visual/cegueira, baixa visão, intelectual, deficiência múltipla, surdocegueira), transtorno global do desenvolvimento e altas habilidade/surpedotação. Respaldada na Lei Brasileira de Inclusão" (DCMA, 2021, p. 39).

Além disso observamos que tanto o DCMA (2021) e a BNCC (2017) estabelecem que a educação deve promover o desenvolvimento integral dos estudantes, considerando aspectos cognitivos, socioemocionais e culturais. No entanto, a prática mostrou que muitos professores ainda enfrentam dificuldades em adaptar suas metodologias para contemplar essa diversidade, seja por falta de formação continuada, seja pela ausência de recursos adequados, em uma pesquisa na mesma instituição no ano de 2018, que buscou entender um pouco mais acerca da percepção dos docentes sobre a formação, observamos que:

> O principal problema apontado pelo docente na busca de qualificação profissional foi à falta de tempo e de recursos financeiros. Os que já obtiveram a graduação superior foram através da plataforma freire (PARFOR), que é um curso destinado à qualificação e formação do professor da educação básica, ofertado pelo governo federal (Correa, 2018, p.31)

Durante a pesquisa na escola campo foi observado através de relatos informais das docentes, que havia déficits no referente a disponibilidade de recursos pedagógicos, e a formação também era feita majoritariamente através dos cursos ofertados pela Secretária Municipal de Educação de Abaetetuba (SEMEC), as quais porém são feitos de forma, segundo as docentes "em grande parte obrigatórias, aligeiradas e com turmas com grande lotação", dessa forma observamos que seria necessário um programa de formação que trouxesse maiores possibilidades ao professor de dialogar, refletir e eleger área de interesse especificas com base nas demandas da instituição, incluindo as formações relativas a área da educação inclusiva.

Diante dessa perspectiva o DCMA (2021) prevê estratégias curriculares de acessibilidade, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o uso de materiais adaptados. Na escola pesquisada, esses serviços estão presentes, a escola possui o Atendimento

Educacional Especializado, que atende a crianças da própria instituição que possuem transtornos globais de desenvolvimento, deficiência física e altas habilidades de modo que há um trabalho colaborativo entre profissionais do AEE, PAEs, e professoras regentes.

Entretanto esse atendimento possui limitações, especialmente no concernente a ausência da maior disponibilidade de materiais adaptados, como por exemplo matérias específicos para crianças com cegueira, surdez total, que necessitariam de maiores ferramentas de tecnologias assistivas. Além disso há um déficit de profissionais no setor uma vez que "alguns alunos neurotípicos não possuem auxílio de um profissional de apoio escolar (PAE). Nesse viés, em turmas com a média de vinte e quatro alunos, a ausência do auxílio do PAE traz maiores dificuldades para a realização do processo de ensino" (Silva et al, 2025, p.11)

A observação das práticas pedagógicas revelou que o planejamento docente deve comtemplar as adaptações necessárias para os alunos da Educação Especial, osso reforça a importância da avaliação diagnóstica, realizada no âmbito do PIBID, que permitiu identificar os níveis de desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita e planejar intervenções específicas.

A vivência no PIBID também evidenciou que a inclusão não depende apenas de recursos materiais, mas de uma postura pedagógica comprometida com o acolhimento e o respeito às diferenças. Como afirma Freire (1996), ensinar é criar possibilidades para a construção do conhecimento, e isso só é possível quando o professor se dispõe a dialogar e escutar seus alunos.

Nesse sentido, a dimensão pedagógica se mostrou fundamental. O planejamento de atividades diferenciadas pelos bolsistas do PIBID, o uso de metodologias ativas e a valorização da participação dos alunos foram estratégias que contribuíram para tornar o currículo mais inclusivo. Contudo, ainda há desafios relacionados à resistência de alguns docentes da escola e à falta de apoio institucional.

A dimensão institucional também foi observada durante a participação em reuniões e projetos pedagógicos. Ficou evidente que a gestão escolar desempenha papel crucial na implementação das políticas inclusivas, seja garantindo recursos, seja promovendo formação continuada. Tardif (2002) lembra que o trabalho docente é coletivo e depende da articulação entre diferentes atores da escola.

A análise das práticas pedagógicas mostrou que, embora haja esforços para promover a inclusão, muitas vezes o currículo é aplicado de forma homogênea, sem considerar as especificidades dos alunos. Isso contraria a perspectiva de Sacristán (2000), para quem o currículo deve ser flexível e adaptável às necessidades da realidade escolar.

A presença de intérpretes de Libras e de profissionais de apoio escolar, prevista no DCMA e na Lei Brasileira de Inclusão (2015), ainda é insuficiente na escola pesquisada. Essa carência compromete o acesso pleno dos estudantes com deficiência à aprendizagem, mostrando que a inclusão ainda é um processo em construção.

A utilização de materiais adaptados, como textos ampliados e recursos visuais, foi observada em algumas práticas, mas de forma pontual. A literatura aponta que esses recursos são fundamentais para garantir acessibilidade e participação dos alunos (Mantoan, 2003). A ausência sistemática desses materiais reforça a necessidade de maior investimento por parte da gestão municipal.

A tecnologia assistiva, prevista na legislação, também aparece como desafio. Embora reconhecida como recurso essencial para promover autonomia e participação, sua presença na escola é limitada. Isso confirma que a inclusão escolar exige não apenas vontade política, mas investimentos contínuos em infraestrutura e formação.

A reflexão sobre essas práticas, à luz da literatura e dos documentos oficiais, mostra que a inclusão escolar é um processo complexo, que envolve dimensões pedagógicas, institucionais e políticas. A experiência no PIBID permitiu compreender que, apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a percorrer para que o currículo inclusivo se torne realidade plena.

Nesse contexto os resultados observados revelam que a escola pesquisada apresenta iniciativas importantes de inclusão, mas enfrenta desafios relacionados à falta de recursos, formação docente e apoio institucional. A análise crítica, fundamentada em autores como Freire (1996), Mantoan (2003), Glat (2007), Sacristán (2000), Carvalho e Tardif (2002), evidencia que a efetivação do currículo inclusivo depende de práticas pedagógicas comprometidas, de políticas públicas consistentes e de uma gestão escolar que valorize a diversidade como princípio educativo.

Conclusões

O currículo inclusivo se apresenta como eixo estruturante da educação básica, pois orienta práticas pedagógicas que reconhecem a diversidade dos estudantes e promovem aprendizagens significativas. Ele não se limita a diretrizes formais, mas se concretiza na sala de aula quando o professor planeja e executa estratégias que respeitam os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. A legislação brasileira assegura o direito à educação inclusiva e estabelece parâmetros para que os sistemas de ensino garantam acessibilidade, recursos pedagógicos

diferenciados e formação docente. Esse conjunto normativo, que inclui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Brasileira de Inclusão e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, fundamenta a prática pedagógica e orienta o trabalho das escolas.

A Base Nacional Comum Curricular estabelece princípios de equidade e diversidade e determina que o desenvolvimento integral dos estudantes seja garantido em todas as etapas da educação básica. Essa diretriz exige que os professores adaptem metodologias e conteúdos, promovendo aprendizagens que contemplem aspectos cognitivos, socioemocionais e culturais, o que amplia o papel da escola como espaço de inclusão.

O Documento Curricular Municipal de Abaetetuba prevê estratégias de acessibilidade e inclusão que se materializam em serviços como o Atendimento Educacional Especializado, o apoio de profissionais de apoio escolar e o uso de materiais adaptados. Essas medidas demonstram o compromisso da rede municipal com a efetivação da inclusão, ainda que sua implementação enfrente desafios relacionados à falta de recursos e à escassez de profissionais.

A escola pesquisada apresenta iniciativas importantes de inclusão, como a presença do Atendimento Educacional Especializado e o uso pontual de materiais adaptados, mas enfrenta limitações que comprometem a efetividade dessas ações. A carência de intérpretes de Libras, de profissionais de apoio escolar e de tecnologias assistivas mostra que a inclusão ainda ocorre de forma parcial e demanda maior investimento institucional.

As práticas pedagógicas observadas revelam avanços, como a realização de avaliações diagnósticas e a elaboração de intervenções específicas, mas também evidenciam desafios relacionados à adequação do planejamento docente às necessidades dos alunos da educação especial. Essa constatação reforça que a inclusão depende de práticas pedagógicas comprometidas e de professores preparados para acolher e valorizar a diversidade.

A avaliação diagnóstica favorece intervenções pedagógicas específicas e permite que os professores compreendam melhor as potencialidades e dificuldades dos estudantes. Essa prática contribui para a construção de estratégias pedagógicas mais inclusivas e alinhadas ao currículo, mostrando que a observação atenta e o diagnóstico inicial são fundamentais para o planejamento educacional.

O planejamento docente necessita de maior adequação às diferenças, pois muitas vezes é elaborado de forma homogênea e não contempla as especificidades dos alunos. Essa realidade evidencia a importância da formação continuada e da reflexão crítica sobre o papel do professor na inclusão escolar, reafirmando que o trabalho docente vai além da transmissão de conteúdos e envolve acolhimento, diálogo e escuta.

A experiência no PIBID contribui para compreender a realidade da escola pública e possibilita ao licenciando vivenciar os desafios e as potencialidades da inclusão. Essa vivência fortalece a formação inicial e amplia a compreensão sobre o papel do educador como agente de transformação social, mostrando que a iniciação à docência é espaço privilegiado para aprender a lidar com a diversidade e com as demandas da educação inclusiva.

O trabalho evidencia que práticas pedagógicas inclusivas fortalecem o direito à educação e promovem a construção de uma escola democrática. A efetivação do currículo inclusivo depende de políticas públicas consistentes, de gestão escolar comprometida e de professores preparados para acolher e valorizar a diversidade, reafirmando que a inclusão é caminho para a emancipação dos sujeitos e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências Bibliográficas

ABAETETUBA. **Documento Curricular Municipal de Abaetetuba.** Abaetetuba: Secretaria Municipal de Educação, 2021.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Portugal: Porto Editora, 1994. cap. 1 e 2, p. 48-52.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018.** Altera a LDB para assegurar atendimento educacional especializado em ambiente hospitalar e domiciliar. Diário Oficial da União, Brasília, 25 set. 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, 2008.

CAPES. **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID.** Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2013.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2014. Disponivel em: Educação Inclusiva: Com Os Pingos Nos "Is" | PDF | Educação Especial | Exclusão social Acesso em 18 de fevereiro de 2026.

CORREA, Cristiney de Jesus Correa . **Dificuldades de alfabetização enfrentadas pelos alunos das turmas 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental da Escola Dom Ângelo Frosi**, município de Abaetetuba – Pará. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2018. Disponível em: https://bdm.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/67a7cd21-d4b7-4e59-b96e-195be5b80550/content. Acesso em: 23 mar. 2026.

FREIRE, Paulo**. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e práticas pedagógicas.** Rio de Janeiro: WVA, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MATOS, Maria Aparecida Rabelo de Sousa. Inclusão escolar: desafios e práticas na educação especial. **Revista Interseção, Palmeira dos Índios/AL**, v. 6, n. 1, p. 118-134, nov. 2024. DOI: 10.48178/intersecao.v6i1.586. ISSN 2675-5955.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Dalcicleide Gomes et al.. **Vivências formativas no pibid: alfabetização e inclusão na Escola Dom Ângelo Frosi-Pa.** Anais do X ENALIC e o IX Seminário Nacional do PIBID... Campina Grande: Realize Editora, 2026. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/140132>. Acesso em: 17/02/2026 19:10

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Nova Iorque: ONU, 2006. Ratificada pelo Brasil em 2008.